

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**REQUERIMENTO Nº_____ DE 2009.
(Do Senhor Marcelo Serafim)**

Requer audiência pública para debater questões fundiárias na Estrada do Estanho, localizada na Reserva Indígena do Tenharim, região do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, no estado do Amazonas.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base nos artigo 24, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados para Audiência Pública, em data a ser agendada por esta Comissão, as seguintes autoridades:

- A Senhora **Maria do Socorro Marques Feitosa**, Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Amazonas;
- O Senhor **Mário Lúcio da Silva Reis**, Superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA) no Amazonas;
- A Senhora **Carolina Miranda de Oliveira**, Procuradora da República no Amazonas;
- O Senhor **Nardelio Gomes**, Presidente da Associação dos Produtores Rurais de Santo Antônio do Matupi;
- O Senhor **Rademacker Chaves**, Presidente da Cooperativa dos Extrativistas Minerais Familiares de Humaitá;
- O Senhor **Frederico Cruz**, Geólogo e Presidente da Associação dos Profissionais em Geologia do Amazonas.

Para debater questões fundiárias na Estrada do Estanho, localizada no interior da Reserva Indígena do Tenharim do Igarapé Preto, região do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, no estado do Amazonas.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando os constantes problemas fundiários envolvendo essa região do sul do Estado do Amazonas, esse Parlamento deve chamar para si tamanha responsabilidade. O maior desafio hoje é fazer com que todos os povos da região vivam de forma harmoniosa.

Agora mesmo existe recomendação, datada de 18 de maio de 2009, do Ministério Público Federal, que na melhor das boas vontades, acaba por acirrar ainda mais o conflito entre índios e não-índios no Distrito de Santo Antônio do Matupi, na região do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.

Tal recomendação precisa ser mais bem avaliada no sentido de equilibrar a situação. Ali, por exemplo, além de uma reserva indígena, existem grupos que vivem da criação de gado e da produção agrícola.

Nesse sentido, observamos que se faz necessária uma discussão em torno do tema para que, entre outras coisas, se tente agradar a gregos e troianos. Eis um imbróglio que carece urgente atenção por parte das autoridades.

Além disso, dispomos de informações de que, em 2006, quando foi discutida a criação do Parque Nacional Campos Amazônicos, foram longas reuniões para se chegar a um acordo que não sufocassem a sobrevivência de quem mora nesse Distrito e faz uso da Estrada do Estanho.

Ademais, no processo democrático, é de todo bom ouvir todos os envolvidos nessa questão. Portanto, a opinião dos moradores e entidades de Santo Antônio do Matupi, que se movimentam contrariamente à recomendação do Ministério Público Federal, bem como a população étnica vivente na região, torna-se

de suma importância a fim de que o diálogo e a harmonia entre os povos dessa região prevaleça.

Ao nosso ver, por se tratar de uma questão de urgência urgentíssima, é que o presente pedido de Audiência Pública se torna pertinente para, entre outras coisas, pautar ações nesta Casa das Leis e, desse modo, dirimir substancialmente tal conflito.

Sala das Sessões, em _____ de 2009.

**Deputado MARCELO SERAFIM
PSB/AM**